

Domingo de manhã



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ/PR
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE CONTADOR 2026

01 — CONTADOR
BLOCO I

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem este certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM **70** QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES APRESENTA O **NÚMERO E O CARGO** REFERENTES À INSCRIÇÃO REALIZADA;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 03H30MIN.**

4. Cada questão oferece **5 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. A PESSOA CANDIDATA **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da(s) folha(s) definitiva(s) de respostas.

7. **HAVERÁ O TOQUE DO 3º SINAL SONORO DE ENCERRAMENTO DAS PROVAS**, CONFORME CONTROLE DO QUADRO DE SALA.

8. As três últimas pessoas candidatas deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DA PESSOA CANDIDATA.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução deste certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



V1_22/09/2026 15:47:35

Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.



Concursos

fundatec

ISO 9001

RASCUNHO
Utilize esse espaço para anotar suas respostas

Utilize esse espaço para anotar suas respostas

[illegible]

Renda Básica Universal: a ideia utópica que conquistou o Vale do Silício*Por Bruno Carbinatto*

01 Isolados no meio do Pacífico, ... de 5 mil quilômetros da Austrália, estão as cinco ilhas e os
02 29 atóis que formam as Ilhas Marshall, um minúsculo país da Micronésia. Suas praias paradisíacas
03 são um importante cartão postal para tentar atrair turistas, já que o dinheiro dos visitantes
04 impulsiona a frágil economia local. Desde novembro de 2025, esse arquipélago remoto também
05 está no centro das atenções do mundo por outro motivo: se tornou o primeiro país a adotar,
06 oficialmente, um programa de Renda Básica Universal (RBU, ou UBI, na sigla em inglês).

07 O governo começou a pagar, todo trimestre, US\$ 200 para cada habitante (o dólar é a moeda
08 local), em transferências bancárias ou criptomoedas. Qualquer residente permanente pode
09 receber tal benefício. A iniciativa busca reduzir ____ pobreza, combater o custo de vida elevado
10 (quase tudo precisa ser importado) e frear a emigração: desde 2011, a população encolheu 20%.

11 A experiência no Pacífico é a concretização de uma ideia antiga que é estranhamente simples
12 e, ao mesmo tempo, bastante radical e meio maluca. O que aconteceria se o governo desse
13 dinheiro para todos os cidadãos, independentemente de fatores como renda ou ocupação, em
14 troca de nada, ... de cobrir os custos mínimos para uma vida digna? Defensores afirmam que "a
15 tal RBU" é uma forma efetiva de combater a pobreza e a desigualdade. Opositores, por sua vez,
16 classificam a ideia como utópica demais – de onde viria tanto dinheiro? O debate cresceu nos
17 últimos anos – e ganhou aliados improváveis: os bilionários do Vale do Silício. Temendo uma onda
18 de desemprego causada pela adoção em massa da inteligência artificial, eles veem na medida
19 uma forma de combater a crise e manter o capitalismo vivo.

20 O conceito "renda mínima" prega que, numa sociedade civilizada, ninguém deveria ser tão
21 pobre ____ ponto de não ter nada. É uma ideia bastante antiga: em 1797, por exemplo, o filósofo
22 e revolucionário britânico Thomas Paine, um dos "pais fundadores" dos EUA, propôs que o governo
23 deveria pagar £15 para todo jovem que completasse 21 anos, para que iniciassem a vida adulta
24 com recursos. Depois dos 50 anos, todos deveriam receber £10 anuais pagos com dinheiro público.

25 O primeiro a popularizar um modelo detalhado dessa política foi o economista liberal Milton
26 Friedman (1912-2006). Ele defendia o "Imposto de Renda Negativo", que havia sido idealizado
27 antes pela política britânica Juliet Rhys-Williams. Nesse esquema, todos informam sua renda ao
28 Estado. Acima de um limiar específico, passam a pagar tributos numa lógica progressiva (quanto
29 mais rico, mais paga). Quem fica abaixo do valor estabelecido, porém, recebe dinheiro do governo,
30 seguindo a mesma lógica: quanto mais pobre, maior a quantia ganha. Para Friedman, esse seria
31 um programa menos burocrático e mais simples para substituir de uma vez só os vários e difusos
32 programas de bem-estar social e assistencialismo dos EUA, que focam grupos específicos.

33 Até hoje, nenhum país implementou a renda universal de forma sustentada. Duas
34 experiências de distribuição de dinheiro que se assemelharam ____ ideia, na Mongólia e no Irã na
35 década de 2010, não duraram muito. Em 2016, os cidadãos da Suíça rejeitaram, em plebiscito,
36 uma lei que estabelecia a adoção gradual do programa. Foi de lavada: 77% contrários. Dessa
37 forma, além das Ilhas Marshall, que começaram agora, ... um único exemplo de RBU no mundo:
38 o Alasca.

(Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/renda-basica-universal-a-ideia-utopica-que-conquistou-o-vale-do-silicio/> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. As Ilhas Marshall não produzem produtos em quantidade suficiente para o consumo de seus habitantes, recorrendo à importação.
- II. Os pagamentos do governo para os habitantes das Ilhas Marshall ocorrem quatro vezes ao ano.
- III. Grandes empresários do Vale do Silício temem que a medida adotada pelo governo das Ilhas Marshall venha a causar um golpe severo ao capitalismo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 02 – Assinale a alternativa correta em relação ao texto.

- A) Apesar de suas praias paradisíacas, as Ilhas Marshall não eram famosas até a divulgação da medida financeira adotada pelo seu governo.
- B) As Ilhas Marshall, em virtude do dinheiro arrecadado com o turismo, apresentam uma estrutura econômica robusta.
- C) A tentativa empreendida nas ilhas é uma ideia simples, mas inovadora, partindo de modernas concepções econômicas.
- D) O Imposto de Renda Negativo é um esquema no qual quem tem mais dinheiro paga mais, e quem tem menos recebe mais benefícios do governo.
- E) Juliet Rhys-Williams foi a idealizadora do Imposto de Renda Negativo e responsável por sua notoriedade.

QUESTÃO 03 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nos trechos a seguir, retirados do texto.

“A iniciativa busca reduzir ____ pobreza”.
“ninguém deveria ser tão pobre ____ ponto de não ter nada”.
“Duas experiências de distribuição de dinheiro que se assemelharam ____ ideia”.

- A) a – à – à
- B) à – a – a
- C) a – a – à
- D) à – à – a
- E) a – à – a

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas dos trechos a seguir, retirados do texto.

“Isolados no meio do Pacífico, ... de 5 mil quilômetros da Austrália”.
“em troca de nada, ... de cobrir os custos mínimos para uma vida digna”.
“Além das Ilhas Marshall, [...], ... um único exemplo de RBU no mundo: o Alasca”.

- A) a cerca – a fim – há
- B) a cerca – afim – há
- C) a cerca – afim – a
- D) acerca – a fim – a
- E) acerca – afim – a

QUESTÃO 05 – Analise as assertivas abaixo a respeito da palavra “difusos”, que ocorre no trecho a seguir, retirado do texto:

“para substituir de uma vez só os vários e difusos programas de bem-estar social”.

- I. “Difuso” é uma das formas do particípio de “difundir”, que é um verbo abundante.
- II. Um possível sinônimo dessa palavra é “espalhados”.
- III. No trecho em que ocorre, é empregada como um adjetivo e tem a função sintática de adjunto adnominal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 06 – Analise as propostas de alteração de trechos do texto apresentadas a seguir:

- I. A substituição de “todos os cidadãos” por “todo cidadão” em “O que aconteceria se o governo desse dinheiro para todos os cidadãos.”
- II. A inserção de “da ideia” após a palavra “Defensores” em “Defensores afirmam que a tal Renda Básica Universal é uma forma efetiva de combater a pobreza e a desigualdade” (l. 14-15).
- III. A inversão das palavras “vez” e “só” em “um programa menos burocrático e mais simples para substituir de uma vez só os vários e difusos programas”.

Quais NÃO acarretariam alterações significativas ao sentido original dos trechos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa que apresenta um pressuposto INCORRETO a partir do trecho do texto indicado em cada alternativa.

- A) “cobrir os custos mínimos para uma vida digna” → Podem haver outros custos além dos que são cobertos.
- B) “nenhum país implementou a renda universal de forma sustentada” → Podem haver países que o fizeram, mas não de forma duradoura.
- C) “Dessa forma, além das Ilhas Marshall, que começaram agora, ... um único exemplo de RBU no mundo: o Alasca” → O início do RBU no Alasca coincide com o das Ilhas Marshall.
- D) “ganhou aliados improváveis: os bilionários do Vale do Silício” → Não era esperado que os bilionários do Vale do Silício apoiassem a ideia.
- E) “O primeiro a popularizar um modelo detalhado dessa política” → Outros o fizeram posteriormente.

QUESTÃO 08 – Assinale a alternativa na qual a palavra sublinhada seja um pronome indefinido e sua função sintática seja a de adjunto adnominal.

- A) “US\$ 200 para cada habitante”.
- B) “todos informam sua renda ao Estado”.
- C) “esse arquipélago remoto também está no centro”.
- D) “Defensores afirmam que a tal Renda Básica Universal”.
- E) “ninguém deveria ser tão pobre ____ ponto de não ter nada”.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa que apresenta a transposição correta das formas verbais sublinhadas no trecho a seguir, retirado do texto, para o pretérito imperfeito do indicativo.

“O debate cresceu nos últimos anos – e ganhou aliados improváveis: os bilionários do Vale do Silício”.

- A) “Cresce” e “ganha”.
- B) “Crescerá” e “ganhará”.
- C) “Cresceria” e “ganharia”.
- D) “Crescia” e “ganhava”.
- E) “Crescera” e “ganhara”.

QUESTÃO 10 – Assinale a alternativa que apresenta a relação de sentido estabelecida pelo emprego da locução conjuntiva sublinhada no trecho a seguir, retirado do texto.

“quanto mais pobre, maior a quantia ganha”.

- A) Comparação.
- B) Proporcionalidade.
- C) Conclusão.
- D) Oposição.
- E) Causa.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11 – Sobre os conjuntos numéricos e suas propriedades, analise as assertivas a seguir:

- I. O produto de dois números irracionais é sempre um número irracional.
- II. A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- III. Se o quadrado de um número inteiro é múltiplo de 3, então esse número também é múltiplo de 3.
- IV. Entre dois números racionais distintos existe pelo menos um número irracional.
- V. Se a e b são números inteiros positivos e ab é um número primo, então a e b são números primos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas II, III e IV.
- C) Apenas II, IV e V.
- D) Apenas I, III, IV e V.
- E) I, II, III, IV e V.

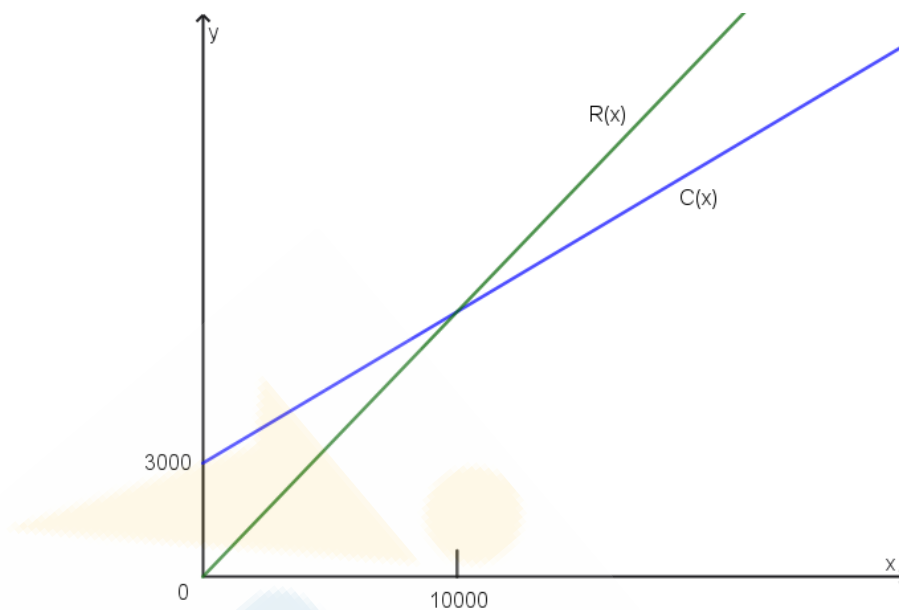
QUESTÃO 12 – Três rotinas de auditoria são realizadas, respectivamente, a cada 12, 18 e 30 dias. Considerando que todas foram realizadas no mesmo dia, mantendo os períodos de realização, voltarão a coincidir depois de quantos dias?

- A) 60.
- B) 90.
- C) 120.
- D) 150.
- E) 180.

QUESTÃO 13 – Um prêmio de R\$ 18.000,00 será dividido entre três empregados em partes diretamente proporcionais aos números 2, 3 e 4. O valor (em R\$) recebido pelo empregado associado ao número 3 será:

- A) 3.000,00.
- B) 4.000,00.
- C) 5.000,00.
- D) 6.000,00.
- E) 8.000,00.

QUESTÃO 14 – Analise o gráfico abaixo, que representa as funções custo total $C(x)$ e receita $R(x)$ de uma empresa pública na prestação de determinado serviço, em função do número x de serviços realizados.



A função custo é dada por

$$C(x) = 3000 + 4x$$

Conforme indicado no gráfico, o custo e a receita são iguais quando são realizados 1.000 serviços. Se a receita e o custo mantiverem esse comportamento, o lucro (em R\$) obtido pela realização de 1.800 serviços será de:

- A) 1.800,00.
- B) 2.000,00.
- C) 2.400,00.
- D) 2.800,00.
- E) 3.000,00.

QUESTÃO 15 – O valor de x que torna verdadeira a igualdade abaixo é um número:

$$x - \frac{x+6}{3} = \frac{x}{2}$$

- A) Inteiro e negativo.
- B) Par e múltiplo de 5.
- C) Primo e divisor de 18.
- D) Natural e divisor de 36.
- E) Irracional e positivo.

QUESTÃO 16 – A receita, em milhares de reais, de determinado produto é dada por:

$$R(x) = -2x^2 + 24x + 10$$

O valor máximo da receita ocorre quando (x) é igual a:

- A) 4.
- B) 6.
- C) 8.
- D) 12.
- E) 24.

QUESTÃO 17 – Uma empresa pública responsável pela distribuição de determinado material estima sua demanda mensal, em toneladas, por meio da seguinte função:

$$f(x) = 120 + 0,8x + 4\text{sen}\left(\frac{\pi x}{6}\right)$$

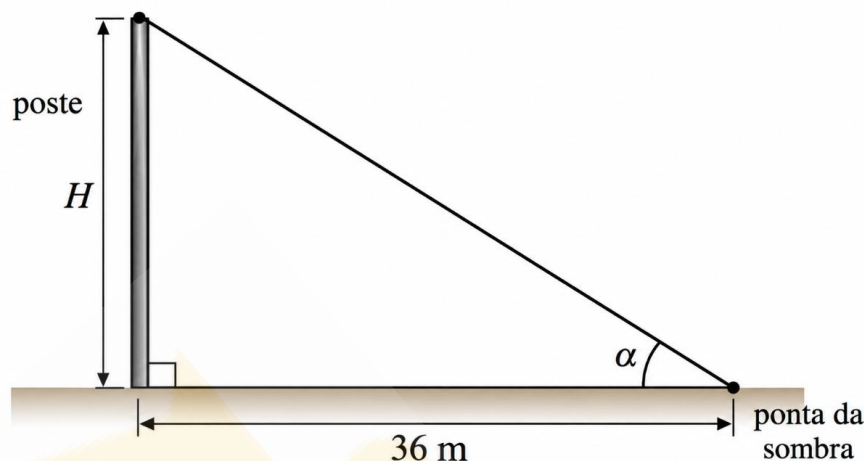
Nessa função, $x = 1$ corresponde ao mês de janeiro, $x = 2$ ao mês de fevereiro, e assim sucessivamente. Considerando $\sqrt{3} \approx 1,7$, a previsão total de demanda (em toneladas) para o primeiro trimestre de determinado ano é aproximadamente:

- A) 368,20.
- B) 370,80.
- C) 372,40.
- D) 374,20.
- E) 376,60.

QUESTÃO 18 – Uma comissão de 4 pessoas será formada a partir de um grupo com 6 contadores e 5 economistas, devendo conter exatamente 2 contadores e 2 economistas. O número de variações de comissões possíveis é:

- A) 150.
- B) 175.
- C) 200.
- D) 225.
- E) 250.

QUESTÃO 19 – Um poste vertical projeta uma sombra de 36 metros sobre uma superfície plana. No instante da medição, o ângulo formado entre o solo e a linha que liga a extremidade da sombra ao topo do poste é α , conforme a figura abaixo:



Sabe-se que

$$\tan \alpha = \frac{3}{4}$$

Sendo assim, a altura do poste, em metros, é:

- A) 24,0.
- B) 25,5.
- C) 27,0.
- D) 28,5.
- E) 30,0.

QUESTÃO 20 – Uma empresa responsável pelo fornecimento de materiais de escritório oferece uma promoção para órgãos públicos. Na compra conjunta de três caixas do mesmo produto, todas com o mesmo preço de tabela, a empresa concede desconto de 12% na segunda caixa e de 18% na terceira, mantendo o preço integral na primeira. O desconto único que, aplicado igualmente sobre o preço de tabela das três caixas, produziria o mesmo valor total pago na promoção é:

- A) 10%.
- B) 12%.
- C) 15%.
- D) 16%.
- E) 18%.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 21 – Considerando apenas as disposições da Constituição do Estado do Paraná, a capital do Estado somente poderá ser mudada mediante:

- A) Lei ordinária.
- B) Lei complementar e referendo.
- C) Lei de iniciativa popular.
- D) Lei ordinária e referendo.
- E) Lei complementar e consulta plebiscitária.

QUESTÃO 22 – Considerando as disposições sobre as vantagens e a remuneração existentes no Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná, assinale a alternativa correta.

- A) O servidor perderá 2/3 da remuneração do dia se comparecer ao serviço com atraso ou sair antecipadamente.
- B) As reposições e indenizações ao erário estadual serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a 25% da remuneração.
- C) As reposições derivadas de revogações de ordens judiciais que majoraram vencimentos ou remunerações deverão ser feitas em 30 dias, a contar da data da notificação administrativa, sob pena de inscrição em dívida ativa.
- D) Quando o pagamento indevido tiver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será parcial e parcelada.
- E) Considera-se atraso o comparecimento ao serviço após o início do expediente até o máximo de 30 minutos, após o que será lançada falta do respectivo turno.

QUESTÃO 23 – Quem é o responsável por autorizar ou não, por seu próprio critério, eventual cessão de servidor do Poder Judiciário do Paraná a outro órgão ou entidade da administração direta ou indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios?

- A) Superior hierárquico imediatamente superior.
- B) Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.
- C) Chefe da Divisão de Recursos Humanos.
- D) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.
- E) Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná.

QUESTÃO 24 – Sobre o exercício do direito de petição no âmbito administrativo interno do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- A) É assegurado ao funcionário o direito de petição em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder praticado contra colega de setor.
- B) Caberá recurso com efeito suspensivo automático do indeferimento do pedido de reconsideração e da decisão do primeiro recurso.
- C) O prazo para deliberar sobre os recursos é de até 15 dias.
- D) O pedido de reconsideração, quando cabível, interrompe a prescrição.
- E) É possível renovar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que houver proferido a primeira decisão.

QUESTÃO 25 – Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa que NÃO indica uma competência dos Presidentes das sessões.

- A) Inserir as informações referentes às condenações que geram inelegibilidade, em ação ordinária ou em grau de recurso, desde que com o trânsito em julgado, no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.
- B) Organizar a pauta do julgamento.
- C) Encaminhar, mensalmente, ao Procurador-Geral de Justiça relação dos feitos que se encontram com o Ministério Público.
- D) Convocar Desembargador ou Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, quando necessário.
- E) Exigir dos funcionários do Tribunal o cumprimento dos atos necessários ao regular funcionamento das sessões e execução de suas determinações.

QUESTÃO 26 – São vantagens que podem ser outorgadas aos magistrados do Tribunal de Justiça do Paraná, nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciária do referido Tribunal, EXCETO:

- A) Diárias.
- B) Representação.
- C) Vale-refeição.
- D) Décimo terceiro salário.
- E) Gratificação de direção de fórum.

QUESTÃO 27 – De acordo com o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, são deveres das pessoas subordinadas aos seus regimentos, EXCETO:

- A) Desempenhar as atribuições do cargo ou da função com elevado senso de comprometimento, impessoalidade, responsabilidade e probidade.
- B) Repor ou ressarcir bem público desaparecido ou avariado por sua culpa ou dolo.
- C) Não atribuir erro próprio a outrem ou dificultar sua apuração.
- D) Manter dignidade e decoro na vida pública e privada.
- E) Firmar, no ato da nomeação, compromisso de conhecimento e de cumprimento dos princípios e das regras de conduta ética estabelecidos no Código.

QUESTÃO 28 – De acordo com o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, é vedado aos servidores do Poder Judiciário do Estado:

- A) Extrapolar sua área de competência, independentemente de autorização.
- B) Oferecer treinamentos, cursos ou outros serviços em nome do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou aos seus agentes, independentemente de autorização formal dos órgãos ou autoridades competentes.
- C) Utilizar de canais de comunicação do Poder Judiciário do Estado do Paraná para a propagação e divulgação de notícias falsas, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária.
- D) Solicitar ajuda financeira, exceto em ocasiões festivas.
- E) Receber brindes distribuídos a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas que tenham valor comercial elevado.

QUESTÃO 29 – Considerando as disposições do Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Paraná sobre a Secretaria de Finanças, assinale a alternativa correta.

- A) A Divisão de Arrecadação é composta da Seção de Fiscalização.
- B) Compete à Divisão de Contabilidade realizar a liquidação contábil das despesas relacionadas aos pagamentos aos fornecedores e aos prestadores de serviços.
- C) A Divisão de Contabilidade integra a Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização.
- D) Compete à Divisão de Contabilidade classificar as despesas orçamentárias em conformidade com a legislação vigente, bem como emitir reservas orçamentárias, empenhos, estornos de empenhos e extrair os respectivos documentos.
- E) Compete à Divisão de Contabilidade proceder aos lançamentos contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Poder Judiciário do Estado do Paraná resultantes e/ou independentes da execução orçamentária.

QUESTÃO 30 – Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta.

- A) O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por ambos os pais ou responsáveis legais, quando possível.
- B) A pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.
- C) O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e independentemente de requisição, a confirmação da existência de tratamento.
- D) Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular podem ser utilizados em seu prejuízo.
- E) Não são considerados dados pessoais, para os fins da LGPD, aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, mesmo que identificada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE CONTABILIDADE

QUESTÃO 31 – A estruturação de uma Parceria Público-Privada (PPP) envolve a constituição de pessoa jurídica destinada à implantação e à gestão do objeto contratado, submetida a regras específicas quanto a sua organização, governança e controle societário. A respeito da sociedade de propósito específico nas PPPs, analise as assertivas a seguir:

- I. Sua constituição deverá ocorrer antes da celebração do contrato, cabendo-lhe implantar e gerir o objeto da parceria.
- II. A transferência do controle societário independe de autorização da Administração Pública, desde que sejam preservadas as condições originalmente estabelecidas no edital e no contrato.
- III. A entidade poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado, devendo observar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.
- IV. É vedado ao Poder Público deter a maioria do capital votante, ressalvada a eventual aquisição dessa participação por instituição financeira por ele controlada em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

Para responder às questões 32 a 35, considere as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

QUESTÃO 32 – No curso da execução de um contrato administrativo, podem surgir circunstâncias que autorizem o exercício de prerrogativas destinadas à preservação do interesse público, sem prejuízo das garantias asseguradas ao particular contratado. Sobre as prerrogativas da Administração nos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A alteração unilateral pode alcançar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias sempre que necessária à adequação do ajuste ao interesse público, assegurada ao contratado posterior recomposição de eventuais perdas.
- B) Diante de risco à prestação de serviços essenciais, admite-se a ocupação provisória de bens móveis e imóveis e a utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto contratual, medida também cabível para acautelar a apuração administrativa de faltas do contratado.
- C) A extinção unilateral do ajuste pode decorrer de juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente, ainda que a situação verificada não corresponda às hipóteses expressamente previstas em lei.
- D) O poder de fiscalização restringe-se à verificação da entrega definitiva do objeto, não autorizando o acompanhamento da execução enquanto estiver em curso a relação contratual.
- E) Promovida alteração unilateral para melhor atendimento das finalidades de interesse público, eventual repercussão sobre a equação econômico-financeira deverá ser suportada pelo particular como risco inerente à contratação.

QUESTÃO 33 – Segundo prevê o artigo 114 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de ____ anos.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 4
- B) 5
- C) 8
- D) 12
- E) 15

QUESTÃO 34 – Sobre o regime de execução de contratos, conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analise as assertivas a seguir:

- I. Regulamento ou edital de licitação não poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
- II. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- III. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- IV. A contratação de terceiros eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35 – Durante a execução de contrato administrativo destinado à implantação de infraestrutura essencial em determinado Município, foram identificadas irregularidades insanáveis no procedimento licitatório que lhe deu origem. A obra, contudo, encontra-se em estágio avançado, emprega significativo número de trabalhadores e sua paralisação poderá gerar custos de desmobilização e retardar a prestação do serviço à população. Considerando as regras aplicáveis à nulidade dos contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A declaração de nulidade deverá ser precedida da análise do interesse público envolvido, considerando-se, entre outros aspectos, os impactos econômicos e financeiros e os riscos sociais decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto.
- B) Constatada irregularidade insanável, a declaração de nulidade constitui consequência necessária para fins de garantia da probidade administrativa, ainda que a paralisação produza prejuízos econômicos e sociais superiores aos decorrentes da continuidade da execução contratual.
- C) Caso a paralisação ou a anulação não se revele medida de interesse público, deverá ser privilegiada a continuidade do ajuste, solucionando-se a irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e da aplicação das penalidades cabíveis.
- D) Declarada a nulidade, a autoridade poderá, para assegurar a continuidade da atividade administrativa, postergar sua eficácia por até seis meses, admitida uma única prorrogação, de modo a viabilizar nova contratação.
- E) A nulidade não afasta o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que a irregularidade não lhe seja imputável.

QUESTÃO 36 – Nos termos do artigo 40 da Constituição Federal, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Nesse contexto, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos ____ anos de idade, ou aos ____ anos de idade, na forma de lei complementar.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) 60 – 65
- B) 60 – 70
- C) 65 – 70
- D) 65 – 75
- E) 70 – 75

QUESTÃO 37 – A Cia. Cascavel adota o conceito de manutenção de capital físico (operacional) para a avaliação de seu resultado econômico ao final do exercício. No início do período, a empresa possuía um ativo operacional cujo custo histórico de aquisição era de R\$ 500.000. Ao final do exercício, para manter a mesma capacidade física produtiva existente no início do período, o custo corrente para repor esse ativo operacional passou a ser de R\$ 620.000. No mesmo exercício, a empresa gerou receitas de vendas no valor de R\$ 900.000 e incorreu em despesas operacionais correntes no montante de R\$ 220.000 (a valor corrente de mercado). Considerando estritamente as diretrizes do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro sobre os conceitos de manutenção de capital e bases de mensuração, o lucro auferido pela Cia. Cascavel no exercício e o tratamento contábil do ajuste de manutenção de capital são, respectivamente:

- A) R\$ 60.000 – o ajuste de R\$ 120.000 deve ser reconhecido no Patrimônio Líquido como reserva de manutenção de capital, não afetando o resultado.
- B) R\$ 180.000 – o ajuste de R\$ 120.000 deve ser reconhecido como receita operacional na Demonstração do Resultado Demonstrativo (DRE) por se tratar de ganho de estocagem.
- C) R\$ 60.000 – o ajuste de R\$ 120.000 deve ser lançado como despesa de depreciação adicional diretamente na Demonstração do Resultado.
- D) R\$ 680.000 – o conceito de manutenção de capital físico exige a adoção do valor justo de saída (valor realizável líquido) como base de mensuração obrigatória.
- E) R\$ 180.000 – a reavaliação de ativos operacionais deve ser creditada à conta de Lucros Acumulados para fins de distribuição de dividendos.

QUESTÃO 38 – A Cia. Curitiba apresentou, no início do exercício de 2024, um Patrimônio Líquido composto pelas seguintes contas: Capital Social de R\$ 1.000.000, Reserva Legal de R\$ 180.000, Reservas de Lucros de R\$ 220.000 e Ações em Tesouraria de R\$ 50.000. Durante o exercício de 2024, a companhia realizou exclusivamente os seguintes eventos:

- Apuração de Lucro Líquido do Exercício no valor de R\$ 400.000.
- Aumento do Capital Social com aproveitamento de R\$ 100.000 de Reservas de Lucros.
- Alienação da totalidade das Ações em Tesouraria por R\$ 70.000 no mercado.
- Reconhecimento de Ajustes de Avaliação Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes) negativos de R\$ 30.000.
- Reversão de Reserva de Contingências no valor de R\$ 40.000 para a conta de Lucros Acumulados.
- Proposta e aprovação de distribuição de Dividendos Obrigatórios no montante de R\$ 110.000.

Considerando essas informações, a variação total do Patrimônio Líquido da Cia. e o saldo do PL ao final do exercício de 2024 foram, respectivamente:

- A) Variação positiva de R\$ 370.000 – PL final de R\$ 1.720.000.
- B) Variação positiva de R\$ 330.000 – PL final de R\$ 1.730.000.
- C) Variação positiva de R\$ 430.000 – PL final de R\$ 1.780.000.
- D) Variação positiva de R\$ 290.000 – PL final de R\$ 1.640.000.
- E) Variação positiva de R\$ 330.000 – PL final de R\$ 1.680.000.

QUESTÃO 39 – A Cia. Maringá de Serviços, em 01/12/2025, contratou uma apólice de seguro contra incêndio para seus equipamentos pelo período de 12 meses (vigência de 01/12/2025 a 30/11/2026), no valor total de R\$ 36.000,00. O contrato estabeleceu o pagamento em 3 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 12.000,00, vencendo a primeira parcela no ato da contratação (01/12/2025), a segunda em 01/01/2026 e a terceira em 01/02/2026. Considerando estritamente a aplicação do Regime de Competência e o Método das Partidas Dobradas, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o impacto líquido dessas operações no DRE e no saldo da conta do Passivo Circulante (Seguros a Pagar) da Cia.

- A) Despesa de Seguro de R\$ 3.000,00 na DRE – Passivo Circulante de R\$ 12.000,00.
- B) Despesa de Seguro de R\$ 36.000,00 na DRE – Passivo Circulante de R\$ 24.000,00.
- C) Despesa de Seguro de R\$ 3.000,00 na DRE – Passivo Circulante de R\$ 24.000,00.
- D) Despesa de Seguro de R\$ 12.000,00 na DRE – Passivo Circulante de R\$ 36.000,00.
- E) Despesa de Seguro de R\$ 0,00 na DRE – Passivo Circulante de R\$ 24.000,00.

QUESTÃO 40 – Considerando as leis e os normativos contábeis vigentes, analise as assertivas abaixo, relativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () No método indireto, o fluxo operacional ajusta o lucro líquido por itens sem efeito no caixa, como depreciação e resultado de equivalência patrimonial.
- () A aquisição de imobilizado financiada sem desembolso inicial de caixa deve ser lançada como saída de caixa na atividade de investimento.
- () O pagamento de dividendos pode ser classificado no fluxo operacional ou de financiamento, sendo este último encorajado pelo CPC 03.
- () Os recebimentos pela venda de participações societárias em coligadas ou controladas integram as atividades de investimento.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F.
- B) V – V – F – V.
- C) F – V – F – F.
- D) V – F – V – V.
- E) V – F – F – F.

QUESTÃO 41 – A Cia. Curitibana de Logística adquiriu em 01/01/2021 um equipamento por R\$ 1.000.000, com vida útil estimada de 10 anos e sem valor residual. Em 31/12/2022, a empresa identificou indícios de desvalorização e realizou o teste de *impairment*, apurando um Valor Recuperável de R\$ 640.000, reconhecendo a respectiva perda. Em 31/12/2024, em novo teste de recuperabilidade, constatou-se que as condições de mercado melhoraram significativamente, e o novo Valor Recuperável do equipamento foi estimado em R\$ 580.000. Considerando que a empresa utiliza o método das quotas constantes para depreciação, os impactos no resultado do exercício de 2024 decorrentes da depreciação anual e da reversão de perda por desvalorização serão, respectivamente:

- A) Despesa de depreciação de R\$ 100.000 – Reversão de Perda (Receita) de R\$ 180.000.
- B) Despesa de depreciação de R\$ 80.000 – Reversão de Perda (Receita) de R\$ 100.000.
- C) Despesa de depreciação de R\$ 80.000 – Reversão de Perda (Receita) de R\$ 180.000.
- D) Despesa de depreciação de R\$ 100.000 – Reversão de Perda (Receita) de R\$ 100.000.
- E) Despesa de depreciação de R\$ 80.000 – Nenhum ganho por reversão, pois o CPC 01 proíbe expressamente reversão de *impairment* em equipamentos.

QUESTÃO 42 – Sobre os conceitos fundamentais estabelecidos no CPC 00 (R2), analise as seguintes assertivas:

- I. O reconhecimento de um ativo no Balanço Patrimonial exige obrigatoriamente a certeza de entrada de benefícios econômicos futuros e a ausência total de incerteza de mensuração.
- II. A compensação de ativos e passivos no Balanço Patrimonial difere da seleção da unidade de conta; a compensação agrupa elementos reconhecidos separadamente em um único valor líquido e, em regra, não é apropriada por obscurecer informações relevantes.
- III. A prudência consiste no exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza, garantindo que ativos e receitas não sejam superavaliados e que passivos e despesas não sejam subavaliados, sem permitir a subavaliação deliberada de ativos ou superavaliação de passivos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 43 – A demonstração contábil que confronta as receitas previstas e as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com as receitas efetivamente realizadas e as despesas executadas ao longo do exercício financeiro é o Balanço Orçamentário. Nos termos do artigo 102 da Lei nº 4.320/1964 e das atualizações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2024), o Balanço Orçamentário demonstrará:

- A) Exclusivamente o fluxo de caixa das operações de financiamento e investimento segundo o método indireto.
- B) O resultado patrimonial líquido decorrente da depreciação, amortização e reavaliação dos bens do ativo imobilizado.
- C) As receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, evidenciando os saldos de créditos adicionais e o superávit ou déficit orçamentário.
- D) A variação dos fundos previdenciários e a taxa de amortização atuarial do RPPS estadual.
- E) A demonstração dos custos unitários dos serviços prestados por centro de responsabilidade do TJ/PR.

QUESTÃO 44 – O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) possui estrutura codificada em 7 níveis de desdobramento (compostos por 9 dígitos). Em relação aos dígitos indicadores de consolidação do 5º nível do PCASP, assinale a alternativa correta.

- A) O dígito 1 (Consolidação) identifica os saldos que devem ser totalmente excluídos no processo de consolidação das contas públicas do próprio ente federativo.
- B) O dígito 2 (Intra OFSS) identifica as operações decorrentes de transações entre entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente público, as quais serão eliminadas no demonstrativo consolidado do ente.
- C) Os dígitos 3, 4 e 5 (Inter OFSS) identificam transações realizadas exclusivamente entre órgãos da administração direta de uma mesma prefeitura municipal.
- D) O 5º nível do código da conta contábil do PCASP é de preenchimento facultativo para as contas das classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) de todos os entes da Federação.
- E) O mecanismo de segregação por subtítulo do 5º nível aplica-se exclusivamente às contas de natureza de informação orçamentária (classes 5 e 6).

QUESTÃO 45 – Em relação ao suprimento de fundos (regime de adiantamento) e seus reflexos contábeis e orçamentários, de acordo com o MCASP (2024) e a Lei nº 4.320/1964, analise o trecho abaixo:

- O suprimento de fundos é caracterizado por um adiantamento de numerário a servidor para futura aplicação e prestação de contas. Sob a ótica orçamentária, a concessão exige a prévia emissão do _____. Sob o enfoque patrimonial, no entanto, o ato da concessão não gera Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) imediata, promovendo o registro de um _____. Por fim, a efetiva apropriação da VPD patrimonial dar-se-á apenas no momento da _____ pelo suprido.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) empenho – ativo – prestação de contas
- B) pagamento – ativo – liquidação
- C) empenho – passivo – liquidação
- D) contrato – passivo – prestação de contas
- E) empenho – patrimônio líquido – homologação

QUESTÃO 46 – Determinada entidade da Administração Pública estadual apresentou os seguintes dados de movimentação financeira referentes ao exercício financeiro de 2025:

- Receita Orçamentária Realizada no exercício: R\$ 500.000,00.
- Despesa Orçamentária Empenhada, Liquidada e Paga no exercício: R\$ 420.000,00.
- Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Estadual (VPDA): R\$ 100.000,00.
- Recebimento de Depósitos Restituíveis e Cauções em Dinheiro: R\$ 15.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar Processados inscritos em exercícios anteriores: R\$ 30.000,00.
- Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa proveniente do Exercício Anterior (em 31/12/2024): R\$ 50.000,00.

Considerando a estrutura e a metodologia de elaboração do Balanço Financeiro estabelecidas no MCASP (2024) e na Lei nº 4.320/1964, o Resultado Financeiro do Exercício e o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa para o exercício seguinte (em 31/12/2025) a serem evidenciados no Balanço Financeiro são, respectivamente:

- A) R\$ 80.000,00 – R\$ 130.000,00.
- B) R\$ 180.000,00 – R\$ 230.000,00.
- C) R\$ 150.000,00 – R\$ 200.000,00.
- D) R\$ 195.000,00 – R\$ 245.000,00.
- E) R\$ 165.000,00 – R\$ 215.000,00.

QUESTÃO 47 – Determinada entidade pública realizou exclusivamente as três operações contábeis a seguir ao longo do exercício financeiro:

1. Arrecadação de impostos próprios no valor de R\$ 100.000,00.
2. Aquisição a prazo de veículo para uso administrativo pelo valor de R\$ 40.000,00.
3. Apropriação da depreciação do prédio sede no montante de R\$ 25.000,00.

Ao final do exercício, o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) será um:

- A) Superávit Patrimonial de R\$ 35.000,00.
- B) Superávit Patrimonial de R\$ 75.000,00.
- C) Superávit Patrimonial de R\$ 100.000,00.
- D) Superávit Patrimonial de R\$ 115.000,00.
- E) Déficit Patrimonial de R\$ 25.000,00.

QUESTÃO 48 – Determinada entidade pública realizou o registro da arrecadação de receita orçamentária tributária em espécie concomitante à ocorrência do fato gerador patrimonial. De acordo com as regras de integridade do PCASP, assinale a alternativa que apresenta corretamente os lançamentos contábeis efetuados em suas respectivas classes e contas.

- A) Na Natureza Patrimonial: débito em Caixa e Equivalentes de Caixa (Classe 1) e crédito em Variação Patrimonial Aumentativa – VPA (Classe 4); na Natureza Orçamentária: débito em Receita a Realizar (Classe 6) e crédito em Receita Realizada (Classe 6).
- B) Na Natureza Patrimonial: débito em Receita Realizada (Classe 6) e crédito em Caixa e Equivalentes de Caixa (Classe 1); na Natureza de Controle: débito em DDR (Classe 8) e crédito em Controle de Disponibilidade (Classe 7).
- C) Na Natureza Orçamentária: débito em Previsão Inicial da Receita (Classe 5) e crédito em Receita Realizada (Classe 6); na Natureza Patrimonial: débito em VPA (Classe 4) e crédito em Caixa e Equivalentes de Caixa (Classe 1).
- D) Na Natureza Patrimonial: débito em VPA (Classe 4) e crédito em Passivo Circulante (Classe 2); na Natureza Orçamentária: débito em Receita a Realizar (Classe 5) e crédito em Receita Realizada (Classe 6).
- E) Na Natureza de Controle: débito em Receita Realizada (Classe 6) e crédito em DDR (Classe 8); na Natureza Patrimonial: débito em VPA (Classe 4) e crédito em Ativo Não Circulante (Classe 1).

QUESTÃO 49 – Sobre as regras de apuração, limites e vedações relativas às despesas com pessoal estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), analise as assertivas abaixo:

- I. Na esfera estadual, o limite global de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) é repartido em 3% para o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas), 6% para o Poder Judiciário, 49% para o Poder Executivo e 2% para o Ministério Público do Estado.
- II. Na apuração da Despesa Total com Pessoal, será observada a remuneração líquida dos servidores, sendo permitida a dedução do imposto de renda retido na fonte e da contribuição previdenciária do segurado descontada no contracheque.
- III. Se a Despesa Total com Pessoal de determinado Poder ou órgão exceder a 95% do seu limite legal (limite prudencial), fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de sentença judicial, determinação legal ou contratual e a revisão geral anual.
- IV. Na verificação do atendimento dos limites de pessoal, não serão computadas as despesas de indenização por demissão, os incentivos à demissão voluntária e a parcela de inativos e pensionistas custeada por contribuições dos segurados ou por compensação financeira previdenciária (Comprev).

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 50 – Com base nas disposições da LRF sobre o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais integrantes da LDO, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Integrará o projeto de LDO o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- () A avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com a indicação das providências a serem tomadas caso se concretizem, deve ser apresentada obrigatoriamente dentro do Anexo de Metas Fiscais.
- () O Anexo de Metas Fiscais conterá o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- () A LDO conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Geral de Previdência Social, do Regime Próprio dos Servidores Públicos e de outros fundos públicos de natureza atuarial.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – V.
- B) V – V – F – V.
- C) F – V – V – F.
- D) F – F – V – V.
- E) V – F – F – F.

QUESTÃO 51 – No encerramento do exercício de 2025, o Balanço Patrimonial do Estado do Paraná apresentou os seguintes saldos na sua estrutura financeira (valores em milhões de reais):

- Ativo Financeiro: R\$ 1.500
- Passivo Financeiro: R\$ 900
- Saldos dos Créditos Especiais Reabertos no Exercício: R\$ 100
- Operações de Crédito Vinculadas ainda não executadas: R\$ 50

Com base no disposto na Lei nº 4.320/1964 e no MCASP (2024), o valor do Superávit Financeiro disponível para abertura de créditos adicionais em 2026 será de:

- A) R\$ 450 milhões.
- B) R\$ 500 milhões.
- C) R\$ 550 milhões.
- D) R\$ 600 milhões.
- E) R\$ 650 milhões.

QUESTÃO 52 – Determinado órgão público estadual formalizou contrato administrativo com empresa especializada para a prestação de serviços continuados de vigilância armada pelo período de 12 meses, no valor total de R\$ 1.200.000,00 (R\$ 100.000,00 mensais). Em 15 de janeiro, a Administração empenhou o valor integral do contrato. Ao final do mês de janeiro, a empresa prestou regularmente os serviços do mês e apresentou a nota fiscal correspondente, a qual foi atestada pelo fiscal do contrato em 5 de fevereiro, sendo o pagamento efetuado em 10 de fevereiro. Sob o enfoque do registro contábil e orçamentário, considerando a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP (2024), é correto afirmar que:

- A) A despesa orçamentária é reconhecida no momento do pagamento (10 de fevereiro), ocasião em que se registra o fato gerador patrimonial e a redução do patrimônio líquido.
- B) O empenho realizado em 15 de janeiro é do tipo ordinário, e o fato gerador da VPD ocorre em 31 de janeiro com a efetiva prestação do serviço.
- C) O empenho realizado em 15 de janeiro é do tipo global, e o fato gerador da VPD ocorre no momento da liquidação (5 de fevereiro) ou no encerramento do exercício.
- D) A liquidação ocorrida em 5 de fevereiro constitui fato gerador orçamentário que cria a obrigação de pagamento, dispensando a verificação do direito adquirido do credor.
- E) Por se tratar de serviço continuado, o empenho emitido em 15 de janeiro é do tipo estimativo, e a despesa orçamentária só se considera executada quando do cancelamento da dotação.

QUESTÃO 53 – A LRF impõe rigorosas obrigações de assinatura e responsabilização sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Nos termos do artigo 54 da LRF, no âmbito do Poder Legislativo do Estado (incluindo o Tribunal de Contas do Estado), quem deve assinar o RGF?

- A) Governador do Estado, Secretário da Fazenda e Diretor Financeiro do Tribunal de Contas, uma vez que o Poder Executivo consolida as finanças públicas estaduais.
- B) Presidente do Tribunal de Contas e titular da Procuradoria-Geral do Estado, com dispensa expressa das assinaturas de controle interno.
- C) Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, além das autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno do órgão.
- D) Secretário de Estado da Fazenda, Diretor de Planejamento Orçamentário e Controlador-Geral do Estado, de forma exclusiva.
- E) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, de forma individual, sendo as assinaturas técnicas financeiras e de controle exigidas unicamente no encerramento anual.

QUESTÃO 54 – Sobre os princípios orçamentários, suas exceções constitucionais e as normas vigentes sobre orçamento público, analise as assertivas abaixo:

- I. O princípio da não afetação veda a vinculação de receita de impostos. Constitui exceção constitucional a vinculação de impostos estaduais e municipais para prestação de garantia ou contragarantia à União.
- II. Conforme o MCASP (2024), a arrecadação de impostos sujeitos a repartição constitucional efetuada pelo ente arrecadador mediante conta de dedução da receita orçamentária não viola o princípio do orçamento bruto.
- III. O princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas de todas as estatais constem na LOA, incluindo as receitas operacionais das empresas estatais não dependentes no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
- IV. O princípio da exclusividade veda matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa na LOA, ressalvadas as autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive ARO.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

Para responder às questões 55 a 60, considere as disposições da Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR).

QUESTÃO 55 – Segundo o artigo 9º, §5º da Lei Orgânica do TCE/PR, o Tribunal de Contas poderá, para adequar os atos e procedimentos dos órgãos ou entidades sujeitos ao seu controle, firmar Termo de _____, a ser disciplinado em ato normativo próprio, cujo cumprimento permitirá afastar a aplicação de penalidades ou sanções.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Adoção de Providências
- B) Ajustamento de Gestão
- C) Ajustamento de Conduta
- D) Compromisso Arbitral Administrativo
- E) Confissão de Conduta Irregular

QUESTÃO 56 – De acordo com a referida Lei Orgânica, são competências do TCE/PR:

- I. Homologar os cálculos das quotas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) devidos aos Municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa.
- II. Assinar prazo de até 60 dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade.
- III. Encaminhar à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, para que desses todos os parlamentares tenham conhecimento.
- IV. Solicitar ao Poder Executivo a intervenção nos Municípios, nos termos da Constituição Estadual.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 57 – Conforme prevê o artigo 15, § 3º da referida Lei Orgânica, “é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, nos termos desta lei”. O trecho refere-se a qual tipo de decisão?

- A) Preliminar.
- B) Definitiva.
- C) Terminativa.
- D) Prescricional.
- E) Decadencial.

QUESTÃO 58 – Sobre a emissão de parecer e o julgamento de contas dos gestores e responsáveis por bens e valores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Serão julgadas regulares com ressalva quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário ou à execução do programa, ato ou gestão.
- B) O Tribunal de Contas emitirá parecer, no prazo máximo de 6 meses a contar do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas do Poder Executivo Municipal.
- C) O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.
- D) Quando julgar as contas irregulares, havendo dano, o Tribunal de Contas condenará o responsável ao recolhimento da dívida, atualizada monetariamente e com os acréscimos legais devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe multa nos termos da lei.
- E) O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, declarando os efeitos decorrentes e o consequente arquivamento do processo.

QUESTÃO 59 – Quanto à disciplina legal dos recursos no âmbito dos processos do TCE/PR, assinale a alternativa correta.

- A) Cabem embargos de declaração, no prazo de 15 dias, com efeito devolutivo e suspensivo, quando a decisão contiver obscuridade, dúvida ou contradição ou omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
- B) Cabe recurso de agravo, no prazo de 15 dias, com efeito devolutivo e suspensivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Conselheiro Substituto ou do Presidente do Tribunal.
- C) Dos despachos de mero expediente caberá recurso de agravo.
- D) O recorrente poderá, a qualquer tempo, e sem a anuência dos demais interessados, desistir do recurso ou renunciar ao direito de recorrer.
- E) Excetuado o caso de recurso de revista, o Relator da decisão recorrida será excluído do sorteio para relato do recurso.

QUESTÃO 60 – Durante o julgamento das contas de determinado gestor municipal, uma das Câmaras do TCE/PR verificou que a solução da controvérsia dependia da aplicação de lei municipal cuja compatibilidade com a Constituição se mostrava questionável. Diante disso, surgiu dúvida quanto ao procedimento a ser adotado e aos efeitos do pronunciamento sobre a matéria. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O órgão fracionário poderá solucionar incidentalmente a questão constitucional e prosseguir no julgamento, submetendo posteriormente seu entendimento ao Pleno para fins de uniformização.
- B) Os autos serão encaminhados ao Pleno para decisão da questão constitucional, cabendo a esse órgão, após o pronunciamento, concluir também o julgamento do processo originário.
- C) A questão será submetida ao Pleno e, publicada a respectiva deliberação, os autos retornarão ao órgão de origem para julgamento conforme a decisão prejudicial, que constituirá prejudgado aplicável aos casos submetidos ao Tribunal.
- D) A remessa ao Pleno dependerá de provocação de Conselheiro ou do Ministério Público de Contas, não podendo decorrer da constatação da questão constitucional pelo próprio órgão fracionário.
- E) O pronunciamento do Pleno solucionará a questão prejudicial no processo em exame, sem vincular a apreciação de outros feitos, em razão da natureza incidental do controle realizado.

QUESTÃO 61 – A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu no sistema tributário nacional o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Ao disciplinar constitucionalmente o novo tributo, foram estabelecidas regras relativas à incidência, às alíquotas, à não cumulatividade e à tributação das operações internacionais. Considerando as disposições do artigo 156-A da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O IBS será informado pelo princípio da neutralidade e poderá incidir sobre operações envolvendo bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, bem como sobre prestações de serviços.
- B) As importações poderão ser alcançadas pelo imposto ainda que realizadas por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte habitual, independentemente da finalidade atribuída ao bem, direito ou serviço importado.
- C) Nas exportações, além de não haver incidência do IBS, assegura-se ao exportador, observadas as disposições constitucionais pertinentes, a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações em que figure como adquirente.
- D) Embora submetido a legislação única e uniforme em todo o território nacional, o imposto admite que cada ente federativo estabeleça, mediante lei específica, sua própria alíquota, observadas as limitações constitucionais.
- E) A alíquota de referência do IBS, fixada por resolução do Senado Federal para cada esfera federativa, deverá ser obrigatoriamente observada pelos respectivos entes, vedada a instituição de alíquota própria em percentual distinto.

QUESTÃO 62 – Com a instituição do IBS, a Constituição Federal estabeleceu uma estrutura de gestão compartilhada destinada a coordenar a atuação dos entes titulares da competência tributária. Nesse contexto, determinado Município questionou os critérios de representação dos entes federativos na instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do IBS. Considerando a disciplina constitucional acerca da composição desse órgão, assinale a alternativa correta.

- A) A representação será paritária entre as esferas federativas, cabendo 27 membros aos Estados, 1 ao Distrito Federal e 27 aos Municípios, estes eleitos exclusivamente mediante votação de igual valor entre os entes municipais.
- B) Os Estados e o Distrito Federal contarão com 27 representantes, enquanto os Municípios terão igual número, todos escolhidos mediante sistema de votação ponderada exclusivamente pela população de cada ente.
- C) A instância máxima contará com 27 membros representando os Estados e o Distrito Federal e outros 27 representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, sendo 14 destes eleitos com base em votos de igual valor por Município e 13 com votos ponderados pelas respectivas populações.
- D) A representação municipal será composta por 27 membros, dos quais 14 serão escolhidos segundo critérios populacionais e 13 mediante votação em que cada Município possuirá voto de igual valor, independentemente de sua população.
- E) O Comitê será integrado por 54 representantes, distribuídos igualmente entre Estados e Municípios, cabendo ao Distrito Federal indicar representante próprio adicional em razão do exercício cumulativo das competências estaduais e municipais.

Para responder às questões 63 a 65, considere as disposições da Lei Complementar nº 214/2025, que institui o IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo, cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

QUESTÃO 63 – A Fundação Alfa, instituída e mantida por determinado Estado, atua exclusivamente em atividades relacionadas às suas finalidades institucionais. No exercício dessas atividades, realiza fornecimentos de bens e serviços a terceiros e, simultaneamente, adquire equipamentos e contrata serviços necessários ao seu funcionamento. A direção da entidade sustentou que, por integrar a Administração Pública indireta, todas essas operações estariam abrangidas pela imunidade relativa ao IBS e à CBS. Considerando o tratamento legal conferido às imunidades, assinale a alternativa correta.

- A) Os fornecimentos vinculados às finalidades essenciais da entidade, ou delas decorrentes, encontram-se protegidos, sem que essa proteção se estenda, por essa condição, às suas aquisições de bens, direitos e serviços.
- B) A proteção tributária compreende igualmente as operações realizadas pela entidade e as contratações destinadas ao seu funcionamento, desde que guardem relação direta com seus objetivos institucionais.
- C) Por se tratar de pessoa jurídica integrante da Administração indireta, a entidade não está abrangida pela regra, cuja extensão alcança, além dos entes federativos, apenas suas autarquias.
- D) A exploração de atividade econômica submetida ao regime próprio dos empreendimentos privados permanece protegida quando os recursos obtidos forem integralmente destinados à consecução das atribuições institucionais.
- E) A vinculação do fornecimento às finalidades essenciais da entidade é suficiente para assegurar a desoneração, ainda que a operação envolva contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário.

QUESTÃO 64 – A sociedade empresária Ômega realizou operação de fornecimento de mercadorias e, ao emitir o respectivo documento fiscal, constatou que o preço originalmente ajustado sofreu alterações em razão de encargos financeiros, despesas de transporte e desconto concedido ao adquirente. Diante da necessidade de apurar corretamente o IBS e a CBS, o setor fiscal passou a analisar quais parcelas deveriam compor o valor tributável. Com base nas regras relativas à base de cálculo do IBS e da CBS, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os juros, as multas e os demais encargos cobrados em razão da operação integram o valor considerado para a incidência dos tributos.
- B) O desconto concedido ao adquirente reduz a base de cálculo, ainda que sua fruição esteja subordinada ao cumprimento de condição futura estabelecida entre as partes.
- C) O custo do transporte compõe o valor tributável quando cobrado como parte da operação e realizado pelo próprio fornecedor ou por sua conta e ordem.
- D) Os valores correspondentes ao próprio IBS e à CBS incidentes sobre a operação são excluídos da respectiva base de cálculo.
- E) Seguros e taxas cobrados ou recebidos como parte do valor da operação devem ser considerados na determinação da base tributável.

QUESTÃO 65 – A referida Lei estabeleceu regras específicas para a incidência do Imposto Seletivo sobre veículos, contemplando critérios para a graduação das respectivas alíquotas e hipóteses em que essas poderão ser reduzidas a zero. Considerando as disposições relativas à tributação desses veículos pelo Imposto Seletivo, analise as assertivas a seguir:

- I. As alíquotas aplicáveis aos veículos serão estabelecidas em lei ordinária e poderão ser graduadas conforme a potência do veículo, a eficiência energética e a pegada de carbono.
- II. A densidade tecnológica, a reciclabilidade veicular e a realização de etapas fabris no país constituem critérios que poderão ser considerados para a graduação das alíquotas.
- III. A emissão de dióxido de carbono poderá ser considerada para a graduação das alíquotas, observada a eficiência energético-ambiental e considerado o ciclo do poço à roda.
- IV. A redução a zero da alíquota do Imposto Seletivo alcança os veículos destinados aos adquirentes beneficiários do regime diferenciado previsto em lei, independentemente de prévio reconhecimento desse direito pela Receita Federal do Brasil.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 66 – Em relação às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A NBASP 100 estabelece que os três tipos principais de auditoria do setor público são a auditoria financeira, a auditoria operacional e a auditoria de conformidade.
- () A auditoria operacional (NBASP 300) tem como objetivo principal verificar se as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes e quantificar a margem de erro monetária do balanço.
- () A auditoria de conformidade (NBASP 400) avalia se as atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as leis, os regulamentos e as normas aplicáveis.
- () A auditoria financeira (NBASP 200) visa aumentar o grau de confiança dos usuários nas demonstrações financeiras mediante a emissão de uma opinião auditada.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – V.
- B) V – V – F – V.
- C) F – V – V – F.
- D) F – F – V – V.
- E) V – F – F – F.

QUESTÃO 67 – Sobre a relação entre a Estratégia Global de Auditoria e o Plano de Auditoria, assinale a alternativa correta.

- A) A Estratégia Global é elaborada após a conclusão dos testes detalhados contidos no Plano de Auditoria.
- B) O Plano de Auditoria é um documento estático, vedada qualquer alteração no decorrer dos trabalhos de campo.
- C) A Estratégia Global define o alcance, a época e a direção da auditoria, orientando o desenvolvimento do Plano de Auditoria.
- D) O auditor não pode discutir elementos do planejamento com a administração da entidade auditada sob nenhuma hipótese.
- E) O Plano de Auditoria substitui integralmente a necessidade de registrar a Estratégia Global em papéis de trabalho.

QUESTÃO 68 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando as modalidades de auditoria governamental ao seu respectivo objetivo ou critério de atuação na Administração Pública.

Coluna 1

1. Auditoria Financeira.
2. Auditoria Operacional.
3. Auditoria de Conformidade.
4. Trabalho Combinado (Auditoria Integrada).

Coluna 2

- () Avaliar se atos, transações e processos observam estritamente as leis, regulamentos, editais, contratos e princípios formais e materiais de boa gestão pública.
- () Examinar o desempenho de órgãos, projetos ou programas sob os critérios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, recomendando melhorias de gestão.
- () Expressar uma opinião formal sobre se as demonstrações contábeis e orçamentárias refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira.
- () Articular, em um único trabalho de fiscalização, a verificação da exatidão das contas, a legalidade dos atos e o desempenho das ações governamentais.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 3 – 2 – 4.
- B) 2 – 1 – 4 – 3.
- C) 4 – 2 – 3 – 1.
- D) 3 – 1 – 2 – 4.
- E) 3 – 2 – 1 – 4.

QUESTÃO 69 – Em relação aos conceitos de risco de auditoria, avaliação de controles e materialidade, analise as assertivas abaixo:

- I. O risco de detecção é o risco de que uma distorção relevante ocorra nos saldos contábeis antes da consideração de quaisquer controles internos relacionados mantidos pela entidade.
- II. A materialidade para execução é fixada pelo auditor em valor inferior ao da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo, visando reduzir a um nível aceitavelmente baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas superem a materialidade global.
- III. O risco de controle é gerenciado e controlado diretamente pelo auditor independente por meio do dimensionamento e da alteração da extensão dos seus testes de amostragem.
- IV. Existe uma relação inversa entre o risco de auditoria e a materialidade: quanto menor o nível de risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o rigor na fixação da materialidade e mais extensos devem ser os procedimentos de auditoria.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 70 – Em uma auditoria financeira no setor público, a equipe necessita obter evidências apropriadas e suficientes sobre o saldo de contas a pagar a fornecedores. De acordo com as normas técnicas sobre evidência de auditoria e normas de auditoria no setor público, assinale a alternativa correta quanto à confiabilidade e aos métodos de obtenção de evidências.

- A) Procedimentos analíticos sobre dados financeiros gerais possuem confiabilidade superior à confirmação externa enviada diretamente pelos fornecedores.
- B) A inspeção física de bens do ativo imobilizado fornece evidência direta e suficiente sobre a propriedade e a titularidade jurídica do ente auditado.
- C) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente pela entidade é aumentada quando os controles internos relacionados são efetivos.
- D) As declarações verbais obtidas no procedimento de indagação constituem evidência suficiente para respaldar a opinião do auditor, dispensando outros testes.
- E) O recálculo consiste na execução independente de controles internos, enquanto a reexecução verifica a exatidão matemática de documentos e registros.

Domingo de tarde



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ/PR
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE CONTADOR 2026

01 — CONTADOR
BLOCO II

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem este certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTEM **02** QUESTÕES DISCURSIVAS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES APRESENTA O **NÚMERO E O CARGO** REFERENTES À INSCRIÇÃO REALIZADA;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 03H30MIN.**

4. A PESSOA CANDIDATA **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da(s) folha(s) definitiva(s) de respostas.

6. **HAVERÁ O TOQUE DO 3º SINAL SONORO DE ENCERRAMENTO DAS PROVAS**, CONFORME CONTROLE DO QUADRO DE SALA.

7. As três últimas pessoas candidatas deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

8. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DA PESSOA CANDIDATA.**

9. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

10. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução deste certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.

V1_22/09/2026 15:54:14



Concursos

fundatec

ISO 9001

PROVA DISCURSIVA

ESTUDO DE CASO

Instruções: Elabore um texto com extensão mínima de 10 linhas e máxima de 20 linhas de acordo com a proposta abaixo:

Em 31/12/2025, durante os trabalhos de conferência que antecedem a elaboração das demonstrações contábeis e da prestação de contas anual do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o setor de contabilidade identificou as seguintes situações pendentes de tratamento:

- **Situação 1:** uma empresa contratada para realizar manutenção preventiva dos sistemas de elevadores do Tribunal concluiu integralmente os serviços no mês de dezembro. A despesa havia sido regularmente empenhada, e a unidade responsável atestou sua execução. O pagamento, contudo, não ocorreu até o encerramento do exercício.
- **Situação 2:** em contrato destinado à aquisição de novos equipamentos de informática para unidades judiciárias, a despesa havia sido regularmente empenhada, mas, em 31 de dezembro, os bens ainda não haviam sido entregues pela empresa contratada.
- **Situação 3:** determinada despesa decorrente de serviço continuado foi efetivamente prestada ao Tribunal durante o mês de dezembro, mas ainda não havia sido processada contabilmente nem empenhada, pois o documento de cobrança somente seria encaminhado pelo fornecedor no início do exercício seguinte.

Considerando as atribuições do cargo de contador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a legislação aplicável e as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise cada uma das situações apresentadas e indique, de forma fundamentada, o tratamento contábil e orçamentário adequado a ser adotado para as três situações no encerramento do exercício, indicando também os respectivos efeitos sobre a execução orçamentária e a situação patrimonial da entidade.

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO DISSERTATIVA

Instruções: Elabore um texto com extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas de acordo com a proposta abaixo:

Entre as atribuições do contador do Poder Judiciário estão a realização de auditorias em documentos contábeis e financeiros, a emissão de pareceres e laudos, a elaboração de relatórios e documentos técnicos e o desenvolvimento de informações capazes de subsidiar decisões, planejamento, estratégias e ações institucionais. Nesse contexto, a atuação contábil ultrapassa o mero registro dos fatos e assume também função de controle, avaliação e apoio à gestão.

Com base no tema proposto, disserte sobre a finalidade e a contribuição da auditoria governamental e da informação contábil para o controle da Administração Pública e para o processo decisório no âmbito do Poder Judiciário, considerando a obtenção de evidências, a identificação de achados, a elaboração de relatórios técnicos e a utilidade das informações produzidas para a gestão e a prestação de contas.



Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	